



UNICID

Universidade
Cidade de S. Paulo

Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa

Produto Educacional

Mestrado em Formação de Gestores Educacionais

**FORMAÇÃO PARA PROFISSIONAIS DE
REGULAÇÃO INSTITUCIONAL**

Ana Paula Cota Rolins

Orientação: Prof.^a Dr^a Sandra Ferreira

2024

APRESENTAÇÃO

Este Projeto de Intervenção integra a pesquisa de Mestrado intitulada **“Regulação, Supervisão e Avaliação da Educação Superior: entre normas e ações”** que teve como foco a legislação pertinente, a gestão educacional e a atuação dos profissionais de regulação institucional responsáveis pela implementação e operacionalização, no âmbito das IES, das políticas públicas de regulação, supervisão e avaliação.

Para tanto, a elaboração do projeto de intervenção foi delineada a partir dos seguintes procedimentos metodológicos: 1) Realização de pesquisa exploratória por meio do levantamento e da análise da legislação pertinente (pesquisa documental) e bibliográfica que fundamentou a pesquisa de mestrado; 2) Definição dos objetivos da Formação; 3) Realização do mapeamento dos saberes necessários ao exercício profissional e à atuação de forma crítica, ética e socialmente responsável, partindo da pesquisa exploratória e da experiência profissional da pesquisadora que atua na gestão de processos regulatórios e de equipes; 4) Estruturação dos componentes curriculares articulado aos saberes almejados; e 5) Construção da metodologia a ser empregada na Formação focada no protagonismo dos profissionais de regulação institucional, oportunizando a aprendizagem e o desenvolvimento de novos saberes.

A formação proposta representa uma contribuição para o aprimoramento da atuação dos profissionais de regulação institucional no contexto da educação superior. Fundamentada na construção de saberes, visa não apenas suprir lacunas identificadas na formação destes profissionais, mas promover uma mudança de paradigma em relação ao papel destes profissionais. O comprometimento com a qualidade da educação superior, aliado à conscientização sobre a importância estratégica de suas funções, é importante para o fortalecimento do sistema educacional como um todo. Assim, o projeto propõe-se a ser um ponto de partida para novas iniciativas e pesquisas que visem continuamente aprimorar a atuação destes profissionais, bem como fortalecer a qualidade e a conformidade das IES no contexto brasileiro.

Projeto de Intervenção: formação para profissionais de regulação institucional

Tendo em vista o crescimento da educação superior nas últimas décadas, em especial no segmento privado, e o complexo arcabouço legal que normatiza o funcionamento do Sistema Federal de Ensino, a formação dos profissionais de regulação institucional evidencia-se como uma necessidade a fim de promover a sua atuação estratégica para o desenvolvimento institucional, em conformidade com a legislação, observando-se o papel primordial das políticas públicas de educação na promoção da qualidade do ensino.

A Formação para Profissionais de Regulação Institucional visa a promoção de estudos e discussões das políticas públicas de educação superior no Brasil, principalmente relativas às funções de regulação, supervisão e avaliação da educação superior, bem como fomentar o debate sobre a concepção de qualidade

neste nível educacional e os seus desdobramentos na gestão da educação superior. Assim, o Projeto de Intervenção proposto tem como perspectiva a formação de profissionais com conhecimentos técnico-científicos pertinentes, aptos a analisar criticamente as políticas públicas e a sua regulamentação e com os saberes necessários à sua atuação.

Objetivos

Geral: desenvolver e implementar estratégias educacionais voltadas para a formação continuada de profissionais de regulação institucional, utilizando como orientação os quatro pilares delineados pelo Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, visando a capacitar esses profissionais para enfrentar os desafios de sua profissão e, ao mesmo tempo, promover uma atuação eficaz e humanista no contexto das Instituições de Educação Superior (IES).

Quadro 1 – Objetivos específicos da Formação.

Pressupostos do trabalho formativo	Objetivos específicos (Aprimorar a atuação de profissionais em processos inerentes ao setor de regulação institucional)		Conteúdos
Aprender a conhecer	Aprender...	a pensar e a formular conclusões mais críticas.	Conhecimento relativos (<i>interesse pela informação</i>) às políticas públicas de educação superior e o seu contexto de consolidação às funções de regulação e supervisão da educação superior, considerando os aspectos normativos e práticos. às informações públicas disponibilizadas pelo MEC (Indicadores de Qualidade, Dados Estatísticos, Notas Técnicas, entre outros)
Aprender a fazer:		a lidar com uma variedade de situações (<i>proatividade</i>)	Resolução de problemas Organizar tarefas Definir prioridades Gerar eficazmente o tempo
Aprender a conviver		a compreender o outro	Liderança Comunicação interpessoal Respeito pelas ideias dos outros Resolução de conflitos Ética e responsabilidade social Trabalho em equipe Participar de projetos comuns
Aprender a ser		a investir em seu desenvolvimento pessoal (<i>autorrealização</i>)	Responsabilidade pessoal (<i>autoconhecimento/ autocuidado</i>) Pensamento autônomo e crítico Sentido ético e estético Imaginação

Fonte: elaborado pela autora.

Público-alvo

Gestores Institucionais, Procuradores Educacionais Institucionais (PI), Recenseadores Institucionais (RI), Auxiliares Institucionais (AI), Coordenadores de Cursos, Técnicos-Administrativos.

Processo de ensino e aprendizagem: concepções e propósitos

Adota-se, nesta proposta, a concepção de que a aprendizagem integra, de maneira intrínseca ao processo de formação humana, abrangendo aspectos relacionados ao desenvolvimento, à socialização, bem como à construção da identidade e subjetividade (Ferreira, 2019).

Nesse sentido, o projeto de intervenção proposto parte do princípio que

É a ideia de educação permanente que deve ser, simultaneamente, reconsiderada e ampliada; com efeito, além das necessárias adaptações relacionadas com as mudanças da vida profissional, ela deve ser uma construção contínua da pessoa, de seu saber e de suas aptidões, assim como de sua capacidade para julgar e agir. Ela deve permitir que cada um venha a tomar consciência de si próprio e de seu meio ambiente, sem deixar de desempenhar sua função na atividade profissional e nas estruturas sociais (Delors, 1998, p. 12).

O percurso formativo abrange a perspectiva avaliativa ao longo da sua consolidação. Para tanto, a **avaliação diagnóstica** ocorrerá no início da formação visando a conhecer o perfil e expectativas dos participantes antes da construção de conhecimentos mais específicos da formação. A **avaliação processual ou formativa** buscará contribuir para a aprendizagem contínua ao longo do processo formativo do grupo, por meio de atividades estruturadas que integrem a teoria e a prática. A **avaliação de produto ou somativa** atenderá às demandas sociais para a emissão de comprovação de realização da formação. Por fim, propõe-se a **avaliação de impacto**, por meio da verificação das repercussões do processo educativo na perspectiva de continuidade deste trabalho em nível de doutorado.

Metodologia

A metodologia de ensino e aprendizagem prevista para a formação fundamenta-se na valorização da trajetória profissional, na relação entre a teoria e a prática e na aprendizagem significativa e colaborativa, promovendo a participação ativa e crítica destes profissionais. Nesse sentido, a metodologia proposta parte da premissa que “promover a aprendizagem é compreender a importância da relação ao saber, é instaurar formas

novas de pensar e de trabalhar na escola, é construir um conhecimento que se inscreve numa trajetória pessoal” (Nóvoa, 2009, p. 88).

Ressalta-se que a concepção de execução tem como base a articulação dialética entre fazer e pesquisar. Além disso, o projeto valoriza e enfatiza a participação ativa dos pesquisadores e participantes no processo de investigação e mudança social.

Nesse sentido, a Formação proposta inicia-se com a identificação do perfil do grupo, a discussão sobre o processo de ensino e aprendizagem, sobre o uso das metodologias ativas – por meio de estudo de casos para a discussão em grupo, a proposição de situações-problemas (reais e hipotéticos) para a resolução em pares e equipes, a realização de pesquisas e levantamento de dados, a construção de relatórios gerenciais, entre outros – a construção do método avaliativo e, ao final, a realização da autoavaliação do ciclo de aprendizagem promovido pela Formação e o seu replanejamento.

Em síntese, a metodologia proposta se baseia no princípio do "aprender fazendo", priorizando a capacidade dos participantes de pensar criticamente ao valorizar, questionar e contextualizar. A aprendizagem se dará de forma gradual, com aquisição de conhecimentos práticos para a resolução de situações reais e hipotéticas, visando a promover o desenvolvimento de saberes necessários à sua atuação, por meio da exploração de áreas de interesse de maneira prática e significativa.

Quadro 2 – Cronograma da Formação.

MÓDULOS	CONTEÚDOS ESPECÍFICOS	CH
MÓDULO 1 – Construção do Escopo de Aprendizagem da Formação	Ciclo do conhecimento: ensinar, aprender e reaprender	1h
	Construção do perfil profissional do grupo	1h
	Diversidade metodológica aplicada ao grupo	1h
	Avaliação significativa construída coletivamente	1h
MÓDULO 2 – Conhecimentos e Ferramentas de Base	Comunicação oral e escrita	2h
	Recursos tecnológicos para a atuação profissional	4h
	Interpretação de dados estatísticos: descrição, predição, prescrição e diagnóstica	8h
	As políticas públicas e a sua influência na atuação profissional: uma perspectiva ética	2h
MÓDULO 3 – Legislação da Educação Superior	Marcos regulatórios da educação superior	4h
	Políticas públicas de regulação, supervisão e avaliação da educação superior e o seu papel indutor de qualidade	4h
	Órgãos reguladores da educação superior	1h
MÓDULO 4 – Regulação, Supervisão e Avaliação na prática	Processos e procedimentos de regulação	8h
	Processos e procedimentos de supervisão	2h
	Processos, procedimentos e instrumentos de avaliação	10h
	Sistemas de informação e gestão de processos: e-MEC, Censup, Enade, Fale Conosco (Metasix), Balcão Digital, Protocolo Integrado, SISTEC)	4h
MÓDULO 5 – Documentos institucionais: um olhar crítico	Evidências: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); Plano Pedagógico Institucional (PPI); Projeto Pedagógico de Curso (PPC); Relatório de Autoavaliação; Relato Institucional; Regimento; Regulamentos; Estudos; Relatórios; entre outros	10h
MÓDULO 6 – Avaliação da qualidade e seus indicadores	Importância da análise de dados públicos e internos para o aprimoramento institucional	2h
	Correlação de dados como uma estratégia de gestão	4h

	Ferramentas para estruturação de relatórios e <i>dashboards</i>	4h
	Casos práticos: gestão de processos e tomada de decisão	4h
MÓDULO 7 – Avaliação do Processo de Formação	Replanejamento do ciclo de aprendizagem	1h
	Mensuração qualitativa da aprendizagem	2h
CARGA HORÁRIA TOTAL		80h

Fonte: elaborado pela autora.

REFERÊNCIAS

- ALBERGONI, L.; SILVA, S. V. da. **Guia do PI: introdução à atuação do procurador institucional**. Disponível em: <http://repositorio.unis.edu.br/bitstream/prefix/1297/1/00006302.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.
- ALVES, A. J. O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 77, p. 53-61, maio, 1991.
- ANDRÉ, M.; PRINCEPE, L.. O lugar da pesquisa no Mestrado Profissional em Educação **Educar em Revista**, Curitiba, n. 63, p. 103-117, jan./mar. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/vTQmsJXG5Q8jf8PqPK8gR9R/?format=pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.
- BARBIER, R. **A pesquisa-ação na instituição educativa**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1985.
- BARBIER, R. A pesquisa-ação BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Cidade do Porto: Porto, 1994. Brasília: Liber Livro, 2007.
- BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Portaria CAPES nº 60, de 20 de março de 2019**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 mar. 2019. Dispõe sobre o mestrado e doutorado profissionais, no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=22/03/2019&jornal=515&pagina=26&totalArquivos=104>. Acesso em: 08 dez. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 21, de 21 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre o sistema e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 dez. 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/portarias-federais/portaria-no-21-de-21-de-dezembro-de-2017>. Acesso em: 26 jan. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 984, de 18 de novembro de 2020**. Altera a Portaria nº 794, de 23 de agosto de 2013 que organiza o Censo da Educação Superior. Diário Oficial da União. Brasília: DF, 19 nov. 2020. https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/legislacao/2020/Portaria_984_18_11_2020.pdf. Acesso em: 26 jan. 2024.
- COSTA, R. R, da. **O Procurador Institucional (PI) no contexto da regulação da educação superior brasileira: à luz dos fundamentos da experiência**. 2016. 114f. Dissertação - (mestrado) – Universidade do Vale do Sapucaí, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3657615. Acesso em: 20 jan. 2024.
- DELORS, J. *et al.* Educação: um tesouro a descobrir. **Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI: destaques**. Brasília: UNESCO, 2010. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000109590_por. Acessos em 1; 30 jan. 2024.
- FERREIRA, S. L.. **Avaliação das aprendizagens para professores da educação superior**. São Paulo: Editora Senac, 2019.

FRANCO, M. A. S.; LISITA, V. M. S. de S. Pesquisa-ação: limites e possibilidades na formação docente. In: PIMENTA, S. G.; FRANCO, M. A. S. **Pesquisa em educação: possibilidades investigativas/formativas da pesquisa ação**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

LOMBA, M. L. R.; FARIA FILHO, L. M.. Os professores e sua formação profissional: entrevista com António Nóvoa. **Educar em Revista**. Entrevista, Curitiba, v. 38, p. 1-10. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/gNwmBJ8p9vgw5z9Zmrxm6Tq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 jan. 2024.

MEDEIROS, I. Procurador Institucional: um papel estratégico para instituições de educação superior. **Periódico Científico Projeção e Docência**, v. 6, n. 2, 2015. Disponível em: https://web.archive.org/web/20180428190346id_/http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao3/article/viewFile/552/504. Acesso em: 20 jan. 2024.

NÓVOA, A.. **Professores: imagens do futuro presente**. Lisboa: Educa, 2009.

ZAGO, M. de F. A geração de indicadores acadêmicos no âmbito dos institutos federais: o papel do procurador educacional institucional. In: **Coloquio de Gestión Universitaria em Americas**, 2013. Montevideo (UY). Anais. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/114687/2013090%20-%20A%20gera%3%a7%3%a3o%20de%20indicadores%20acad%3%aamicos%20no%20%3%a2mbito.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 jan. 2024.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1992.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2000.